

### Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

### Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (semana de 30/03 a 03/04/2020):

|                                                                         |          |
|-------------------------------------------------------------------------|----------|
| <b>1. COMISSÃO EUROPEIA: MEDIDAS DE RESPOSTA À COVID-19</b>             | <b>1</b> |
| SURE: Apoio para mitigar os riscos de desemprego em caso de emergência  | 1        |
| Iniciativa de Investimento de Resposta à Crise do Coronavírus + (CRII+) | 3        |
| <b>2. COVID-19 - OPÇÕES DE RESPOSTA ECONÓMICA (CORONABONDS)</b>         | <b>3</b> |
| Debate e posições assumidas - tendências                                | 3        |
| Debates na Assembleia da República                                      | 5        |
| O contributo da Academia - Bruegel                                      | 5        |
| Os cenários possíveis/prováveis                                         | 7        |
| <b>3. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE</b>                                    | <b>7</b> |
| Reunião por videoconferência dos ministros dos Negócios Estrangeiros    | 8        |
| <b>4. OUTROS ASSUNTOS</b>                                               | <b>8</b> |
| COVID-19 e Estado de Direito                                            | 8        |
| Brexit                                                                  | 8        |
| Literatura sobre a crise COVID-19                                       | 8        |
| Irão                                                                    | 8        |
| Operação Irini no Mediterrâneo                                          | 9        |
| NATO                                                                    | 9        |
| <b>5. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA</b>                                      | <b>9</b> |
| Comissão Europeia                                                       | 9        |
| Conselho da União Europeia                                              | 9        |

## 1. COMISSÃO EUROPEIA: MEDIDAS DE RESPOSTA À COVID-19

A Comissão Europeia tem procurado articular a resposta e as várias medidas adotadas no contexto do surto da COVID-19, disponibilizando - por exemplo - orientações para ajudar os fabricantes a aumentar a produção de equipamentos e materiais médicos essenciais em três áreas: [a produção de máscaras e outros equipamentos de proteção individual](#), [produtos de limpeza e desinfetantes](#) para as mãos, [impressão 3D](#) no contexto do surto de coronavírus, bem como relativas a [dispositivos médicos](#). Além disso, toda a informação relevante, incluindo os textos jurídicos relevantes sobre esta matéria está disponível, em atualização contínua, na [página dedicada](#) da Comissão Europeia ao coronavírus.

No próximo dia 8 de abril, segundo o [planeamento](#) disponibilizado, a Comissão Europeia deverá adotar uma **Comunicação sobre a Estratégia de Saída** desta crise, na qual serão, provavelmente identificadas as medidas de apoio à retoma económica europeia, incluindo aquilo que vier a resultar dos trabalhos do Eurogrupo (agendado para dia 7 de abril) nos termos do [mandato](#) conferido pelo Conselho Europeu no passado dia 26 de março (cfr. parágrafo 14). Antecipa-se que será neste âmbito que a Comissão apresentará com maior detalhe **as ideias para a revisão da sua proposta de Quadro Financeiro Plurianual 2021-27**, que a Presidente von der Leyen [anunciou que teria de ser adaptada ao contexto atual](#).

Para complemento de informação, o jornal *politico.eu* disponibilizou esta semana<sup>1</sup> uma [comparação das medidas adotadas pelos vários Estados-Membros](#), cuja leitura pode ser útil.

### SURE: Apoio para mitigar os riscos de desemprego em caso de emergência

Numa [entrevista](#) no início da semana, o Comissário para o Emprego e Assuntos Sociais, Nicolas Schmitt anunciou que a Comissão iria, face às consequências económicas da atual crise, antecipar umas das medidas emblemáticas prometidas pela Presidente von der Leyen e apresentar um **mecanismo europeu de resseguro na proteção contra o desemprego**.

Este mecanismo, intitulado [SURE \(Support to mitigate Unemployment Risks in an Emergency\)](#), foi apresentado no dia 2 de abril, propondo a criação de um instrumento de solidariedade de 100 mil milhões de EUR, denominado SURE, para ajudar a manter os rendimentos dos trabalhadores e auxiliar as empresas em dificuldade.

Conforme consta da [ficha informativa](#) que a Comissão disponibilizou, **não se trata de um subsídio de desemprego a nível europeu**, mas sim uma iniciativa para apoiar regimes de trabalho de curta duração e medidas semelhantes para ajudar os Estados-Membros a proteger os postos de trabalho e os trabalhadores por conta de outrem e por conta própria contra o risco de despedimento e de perda de rendimentos. As empresas poderão reduzir temporariamente as horas de trabalho ou suspender totalmente a atividade e o Estado dará um apoio ao rendimento como compensação pelas horas não prestadas. Os trabalhadores por conta própria receberão uma substituição de rendimentos para a situação de emergência atual. Os Estados-Membros não serão chamados a avançar com o montante de 100 mil milhões de euros à partida, mas com uma garantia de mobilização das garantias necessárias..

O modo de funcionamento está esquematizado abaixo (apenas disponível em língua inglesa), implicando que os Estados desenvolvam, no plano nacional, [sistemas](#) desta natureza:

---

<sup>1</sup> Versão para assinantes pro.

## 2 How does it work?



It will provide financial assistance, in the form of loans granted on favourable terms from the EU to Member States, of up to €100 billion in total.



These loans will assist Member States to address sudden increases in public expenditure to preserve employment.



Specifically, these loans will help Member States to cover the costs directly related to the creation or extension of national short-time work schemes, and other similar measures they have put in place for the self-employed, as a response to the current crisis.

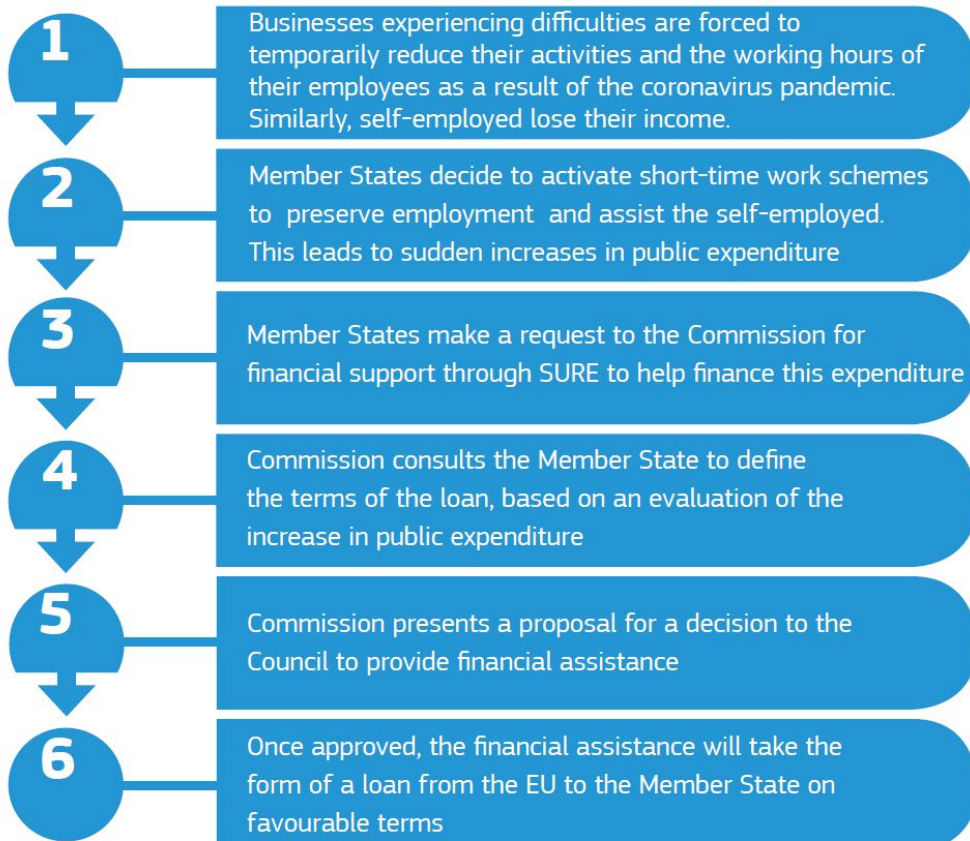


By avoiding wasteful redundancies, short-time work schemes can prevent a temporary shock from having more severe and long-lasting negative consequences on the economy and the labour market in Member States.



This helps to sustain families' incomes and preserve the productive capacity and human capital of enterprises and the economy as a whole.

## 3 How is it triggered?



## Iniciativa de Investimento de Resposta à Crise do Coronavírus + (CRII+)

O [primeiro pacote da Iniciativa de Investimento de Resposta à Crise do Coronavírus era composto por três elementos principais](#): cerca de 8 mil milhões de EUR de liquidez imediata para acelerar até 37 mil milhões de EUR de investimento público europeu, flexibilidade na aplicação das regras da UE relativas às despesas e alargamento do âmbito de aplicação do Fundo de Solidariedade da UE. A Comissão apresentou um segundo pacote esta semana, introduzindo uma flexibilidade extraordinária para permitir que todos os apoios não utilizados dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento possam ser plenamente mobilizados. Tal poderá ser feito através de possibilidades de transferência entre os três fundos da política de coesão ([Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional](#), [Fundo Social Europeu](#) e [Fundo de Coesão](#)); transferências entre as várias categorias de regiões; e também através de flexibilidade em termos de concentração temática. Haverá também a possibilidade de uma taxa de cofinanciamento da UE de 100 % para os programas da política de coesão relativos ao exercício contabilístico de 2020-2021, permitindo aos Estados-Membros beneficiar plenamente do financiamento da UE para as medidas relacionadas com a crise.

O pacote CRII+ presta apoio às pessoas mais carenciadas ao alterar as regras do [Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas \(FEAD\)](#): são exemplos a possibilidade de prestar ajuda alimentar e assistência material básica através de vales eletrónicos e fornecer equipamento de proteção, reduzindo assim o risco de contaminação. Além disso, as alterações ao [Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas \(FEAMP\)](#) permitirão uma reafetação mais flexível dos recursos financeiros, no âmbito dos programas operacionais em cada Estado-Membro, e dar apoio à cessação temporária das atividades de pesca e à suspensão da produção e custos adicionais para os aquicultores, bem como às organizações de produtores, para a armazenagem dos produtos da pesca e da aquicultura.

Estão disponíveis as [perguntas e respostas](#) sobre esta Iniciativa CRII+, bem como um maior detalhe sobre o [Instrumento de Apoio de Emergência da União Europeia para o setor dos cuidados de saúde](#), e o [apoio aos setores da pesca e da aquicultura](#).

## 2. COVID-19 - OPÇÕES DE RESPOSTA ECONÓMICA (CORONABONDS)

### Debate e posições assumidas - tendências

Nos termos do [mandato](#) conferido pelo [Conselho Europeu, reunido em formato informal por videoconferência, no passado dia 26 de março](#), caberá ao Eurogrupo apresentar propostas nas próximas duas semanas, que *“deverão ter em conta a natureza inédita do choque provocado pela COVID-19, que está a afetar todos os nossos países, e a nossa resposta será intensificada, conforme necessário, mediante novas medidas tomadas de forma inclusiva, à luz da evolução da situação, a fim de assegurar uma resposta abrangente”*. Foi convocada uma reunião do Eurogrupo para o dia 7 de abril, onde as várias opções serão discutidas e do qual deverão sair as propostas a submeter ao Conselho Europeu.

Como referimos na [síntese anterior](#), uma das principais discussões relaciona-se com o tipo de instrumentos a ativar ou a criar, designadamente se será necessário avançar para **instrumentos comuns de dívida** (eurobonds ou outra designação similar), como pretendem alguns

[Estados-Membros](#), ou se, como defendem outros países, a resposta deverá ser centrada na capacidade de financiamento do [Mecanismo Europeu de Estabilidade](#) (ESM), que consideram [suficiente](#).

Neste contexto, têm sido adotadas várias posições sobre as possíveis soluções, sendo de destacar a [declaração](#) feita após a videoconferência realizada esta semana entre os Presidentes do Conselho Europeu, da Comissão Europeia e do Eurogrupo, onde se pode ler que “*para fazer arrancar a economia europeia, teremos de utilizar todas as alavancas disponíveis, no plano nacional e europeu (...). É tempo de ‘pensar fora da caixa’. Qualquer opção compatível com o Tratado deve ser considerada*”. Os Presidentes continuarão a trabalhar, em conjunto com o BCE, no Plano de Recuperação para a Economia Europeia.

Têm surgido várias análises e reações a este debate, sendo de destacar o trabalho do Politico.eu em enunciar as [diferentes opções em discussão](#) e o seu grau de exequibilidade, atendendo às posições dos vários Estados-Membros e as [diferenças políticas internas em alguns deles](#), como os Países Baixos.

Sobre este Estado-Membro em particular, [várias análises](#) têm incidido sobre os fundamentos da oposição a uma solução de dívida conjunta europeia. O Governo neerlandês circulou, esta semana, uma [proposta](#) para esta crise, sugerindo um programa de ajuda estimado entre 10 e 20 mil milhões de euros dirigido aos países mais afetados.

Por seu lado, o Diretor do Mecanismo Europeu de Estabilidade, Klaus Regling, afirmou, em [entrevista](#) ao mesmo jornal, que já existe dívida europeia mutualizada do ponto de vista material, pois considera que os títulos emitidos pelo BEI, pela Comissão e pelo ESM<sup>2</sup> já são dívida assegurada por todos. Assinalou, ainda, que a criação de um novo instrumento apenas para esta finalidade levará entre 7 meses a três anos, de acordo com a experiência de criação do próprio ESM. Finalmente, considerou que a resposta deve concentrar-se no imediato e que, para esse efeito, a capacidade de empréstimo do ESM (410 mil milhões disponíveis) é suficiente. Tal posição foi reiterada e reforçada num [editorial assinado em 15 jornais europeus](#) no dia 3 de abril.

O analista do Financial Times, [Wolfgang Munchau](#), [defendeu esta semana a ideia](#) de que os nove Estados-Membros que propuseram ao Presidente do Conselho a discussão sobre a emissão mutualizada de dívida deveriam, na eventualidade de não haver consenso, avançar entre si para essa forma de financiamento.

O Ministro das Finanças francês, Bruno Le Maire, [apelou à criação de um fundo europeu](#) comum para esta crise, limitado a 5 ou 10 anos, focado na recuperação económica e com possibilidade de contrair dívida. Nessa intervenção, sublinhou que “não devemos estar obcecados com a palavra ‘coronabonds’ ou ‘eurobonds’, mas sim com a necessidade de ter um instrumento forte para a recuperação económica depois da crise”. A posição francesa, circulada através de um [non-paper](#) esta semana, defende que essa emissão de dívida deverá ter a garantia conjunta dos Estados-Membros.

---

<sup>2</sup> Nesta entrevista, não é feita referência ao facto de que esta emissão de dívida do ESM ocorre, nos termos do Tratado, no quadro de desequilíbrios macroeconómicos e de dificuldades de acesso a mercado, sendo que, do ponto de vista formal, o acesso a este financiamento está sempre associado a um Memorando de Entendimento e à condicionalidade de política económica.

## Debates na Assembleia da República

No quadro da audição regimental do Ministro dos Negócios Estrangeiros na Comissão de Assuntos Europeus, realizada a [31 de março](#), ficou sistematizada a discussão em torno dos seguintes pontos:

i) **ESM**: possibilidade de mobilizar os 410 mil milhões de capacidade financiamento disponível do ESM, sendo que existe a dúvida de saber se haverá ou não condicionalidade associada a empréstimos neste âmbito. Portugal tem defendido que esta crise “é exógena e simétrica”, pelo que não fará sentido adicionar condicionalidade a esta situação. Acrescentou, ainda, que nenhum mecanismo de financiamento no âmbito da atual crise pode ser associado à ideia de “resgate “ (*bailout*) como se verificou em 2010/11, dado que nenhum dos Estados afetados cometeu falhas de política económica que os sujeitem agora à lógica da condicionalidade;

ii) **lançamento de instrumento europeu de emissão de dívida**, como consta da [carta](#) enviada por 9 Estados-Membros ao Presidente do Conselho, entre os quais Portugal. Neste âmbito, o MNE assinalou três vantagens de uma intervenção conjunta dos 27 Estados-Membros no mercado de dívida:

- a) baixar significativamente os juros de forma global;
- b) antecipar e contrariar possíveis ataques especulativos a determinados países por parte dos mercados;
- c) evitar o *moral hazard* (risco moral) invertido, ou seja o efeito de assimetrias de perceção dos mercados em caso de choques económicos, que fazem com que alguns Estados-Membros beneficiem de uma descida abrupta dos seus *yields* no mercado de dívida, transformando-se consequentemente e por efeito de fragmentação desse mercado, em solução de refúgio para os investidores;

iii) o **estabelecimento de um mecanismo europeu de resseguro de desemprego** (como consta da iniciativa SURE, cfr. ponto 1);

iv) **A adoção de um Plano de Recuperação Económica da UE.**

## O contributo da Academia - Bruegel

Gostaríamos, não obstante estas posições, de fazer referência a um dos mais importantes trabalhos académicos publicados recentemente neste âmbito e que permite ter algum distanciamento analítico para discernir as várias opções. Trata-se de um trabalho do Instituto [Bruegel](#), intitulado [COVID-19 Fiscal response: What are the options for the EU Council?](#).

Aqui, são elencadas e desenvolvidas com profundidade, analisando os prós e os contras, as quatro principais opções de política que o Conselho Europeu pode adotar para sair desta crise:

### - **Opção 1: esperar que o statu quo seja suficiente**

Os Estados-Membros da zona euro financiam as suas despesas próprias em matéria de saúde e economia, com aumento significativo da despesas pública, sem constrangimentos de limites impostos pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento. Tal seria apoiado pela política monetária do BCE de modo a assegurar baixos custos de financiamento a todos os países. **Limitações:** se os

mercados testarem os limites da prontidão do BCE em intervir no pior cenário, tal poderá gerar divisões no Conselho de Governadores do BCE.

- **Opção 2: utilizar as linhas de crédito do Mecanismo Europeu de Estabilidade, combinadas com a política monetária do BCE ([OMT: Outright Monetary Transactions](#))**

Trata-se da utilização das [linhas de crédito precaucionais](#) (ECCL) do ESM, em conjunto com um OMT ilimitado pelo BCE, sendo que os países com maior dificuldade de financiamento poderiam recorrer ao ESM para taxas mais baixas e com maturidades mais baixas que as que o mercado oferece, com benefício para a análise de sustentabilidade da dívida. Esta foi a opção que reuniu maior consenso no Eurogrupo de 24 de março. Limitações: capacidade de financiamento global do ESM é atualmente de 410 mil milhões de euros, tendo o Eurogrupo referido que o montante a alocar seria equivalente a 2% do PIB da zona euro, i.e., 240 mil milhões. Note-se que alguns dos países mais afetados (Itália, Espanha e França) são, respetivamente, as 3.ª, 4.ª e 2.ª maiores economias da União Europeia. Por outro lado, a referência ao ESM e à condicionalidade associada a um memorando de entendimento são “politicamente tóxicas” em alguns Estados-Membros.

- **Opção 3: um instrumento de gestão comum de dívida da zona euro**

Poderia ser criada uma nova agência de dívida ou aproveitar o ESM, já em funcionamento e cujo Tratado está em fase final de revisão, para assumir este papel. Seria uma mutualização dos custos de financiamento: i) todos os Estados-Membros seriam potenciais destinatários da linha de crédito, sem necessidade de pedidos individuais que pudessem ser vistos como “resgates”; ii) a capacidade de financiamento do ESM teria de ser aumentada para cerca 1 trilião de euros, com aumento do seu capital exigível. A distribuição seria feita de acordo com a chave de capital do ESM, constante do Tratado.

Esta opção conjunta e regular permitiria baixar custos de financiamento de modo permanente, sendo que um instrumento de dívida com carácter europeu permitiria ao BCE uma margem de compra mais significativa (seria de 50% no caso do ESM contra 33% dos Estados). **Limitações:** não resolverá as questões do legado da dívida e sua sustentabilidade, com vários Estados a assumirem um rácio de dívida acima dos 150% do PIB respetivo. O receio é que, ao fazer tudo o que for necessário durante a crise, esta opção conduza a políticas de austeridade após a crise para reduzir o stock de dívida.

- **Opção 4: emissão única de dívida conjunta para financiar as despesas comuns relacionadas com a crise da COVID-19**

Trata-se de mutualizar os custos, mas apenas desta crise. A dívida adicional emitida neste âmbito não seria considerada para efeitos de contas nacionais e seria partilhada pela comunidade. Como referiu o Presidente do Eurogrupo, parte da premissa de que as considerações de “risco moral” não têm cabimento neste contexto e mostraria a capacidade da UE de agir em conjunto. A argumentação sugerida apoia-se no disposto no [n.º 2 do Artigo 122.º do TFUE](#), segundo o qual “Sempre que um Estado-Membro se encontre em dificuldades ou sob grave ameaça de dificuldades devidas a calamidades naturais ou ocorrências excecionais que não possa controlar, o Conselho, sob

*proposta da Comissão, pode, sob certas condições, conceder ajuda financeira da União ao Estado-Membro em questão.”*

**Limitações:** o seu âmbito, dimensão e duração devem ser definidos com muita precisão. O artigo apresentado advoga, nas suas conclusões, uma relativa preferência por esta opção, não negligenciando, porém, as várias dificuldades de natureza política - mais do que económica - que se colocam.

### Os cenários possíveis/prováveis

À data de hoje, e face às complexidades das opções de política que descrevemos e às diferentes posições e confronto, é difícil antecipar o que virão a ser as propostas concretas que o Eurogrupo fará após a sua reunião de 7 de abril. No entanto, a tendência que se parece desenhar é no sentido de não haver uma rejeição liminar a categórica de instrumentos de emissão de dívida conjunta (eurobonds ou coronabonds, o nome poderá ter uma carga mais semântica que operacional), mas de explorar, aprofundar e esgotar todas as outras vias de ação já colocadas.

Neste âmbito, as medidas passariam por uma **combinação entre as linhas de crédito no quadro do ESM, o resseguro de desemprego (SURE) e empréstimos do Banco Europeu de Investimento (BEI).**

No que diz respeito ao **ESM**, foi circulado nas reuniões preparatórias um *draft* do plano concreto, que inclui uma *Pandemic Crisis Support Enhanced Conditions Credit Line (ECCL)*, baseada no que já existe, e num novo instrumento chamado *Rapid Liquidity Instrument*. Este plano, que disponibilizamos [aqui](#), aborda os objetivos, o volume de financiamento, a elegibilidade e as questões de condicionalidade macroeconómica, que são atenuadas ao referirem a perspetiva de longo prazo e a circunscrição destes financiamentos a despesas relacionadas com a crise da COVID-19.

Sobre a **proposta SURE da Comissão Europeia**, importa referir que, entre as reações já conhecidas, o porta-voz do governo alemão para as questões orçamentais referiu que esta [proposta](#) é “interessante”, mas que deve ser um instrumento temporário no contexto da atual crise e “limitado até final do ano”. Por outro lado, não deve estabelecer um “precedente para o estabelecimento de um sistema de resseguro de desemprego permanente”.

Finalmente, e no tocante ao **reforço de capital do BEI para gerar 200 mil milhões de euros para empréstimos às empresas** o plano foi transmitido esta semana aos governos nacionais e está disponível [aqui](#). Em ambos os casos (SURE e BEI), o que é solicitado não são os montantes globais disponibilizados à partida (100 mil milhões para SURE e 200 mil milhões para BEI), mas garantias de capital dos Estados-Membros de 25 mil milhões para cada uma das iniciativas.

## 3. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

O Conselho adotou, com base numa discussão tida no [COREPER](#), uma decisão relativa a alterações no seu modo de funcionamento:

- não haverá reuniões físicas nos próximos 30 dias;
- não haverá reuniões formais do Conselho nos próximos 30 dias;

- as videoconferências a nível ministerial terão lugar sempre que necessário, com estatuto informal e preparadas pelo COREPER;
- as [decisões](#) serão adotadas por procedimento escrito.

Face ao que precede, na passada semana realizou-se a seguinte reunião:

### **Reunião por videoconferência dos ministros dos Negócios Estrangeiros**

Teve [lugar a 3 de abril](#), por videoconferência, tendo os ministros dos Negócios Estrangeiros debatido os aspetos internacionais da pandemia de COVID-19, sobretudo sobre a coordenação a nível consular e o repatriamento, o reforço da cooperação e assistência internacionais e a desinformação.

## **4. OUTROS ASSUNTOS**

### **COVID-19 e Estado de Direito**

Treze Estados-Membro da UE, entre os quais Portugal assinaram uma [declaração conjunta](#) na qual expressam a sua preocupação com o [respeito do Estado de Direito na UE](#), no contexto das medidas adotadas pelos vários países no combate à COVID-19.

### **Brexit**

Teve lugar a primeira reunião do [Comité Misto UE-Reino Unido](#) sobre a implementação e aplicação do acordo de saída, sendo que a posição oficial ainda é a de que o calendário de negociações é para manter.

### **Literatura sobre a crise COVID-19**

O Serviço de Pesquisa do PE/think tank do PE (EPRS) tem feito o trabalho aprofundado de investigação de temas relacionados com a atual crise, sendo que elencamos aqui alguns dos mais pertinentes (apenas em língua inglesa):

- [The ‘general escape clause’ within the Stability and Growth Pact: Fiscal flexibility for severe economic shocks](#)
- [The impact of coronavirus on Schengen borders](#)
- [Coronavirus: Impact and reaction – What Think Tanks are Thinking](#)
- [The European Council, health policy and pandemics](#)
- [The EUCO as crisis manager the COVID 19 pandemic: Similarities and differences to previous crises](#)

### **Irão**

A França, a Alemanha e o Reino Unido [anunciaram](#) esta semana que foi ativado, pela primeira vez, o sistema [Instex](#), que permite a exportação de equipamentos médicos para o Irão. Tal permite [evitar as sanções impostas](#) pelos EUA.

## Operação Irini no Mediterrâneo

Destinada a implementar o embargo de armas na Líbia, foi [oficialmente](#) lançada esta semana.

## NATO

O Secretário-Geral da NATO nomeou um [Grupo de Trabalho](#) para refletir sobre o [futuro](#) da organização.

## 5. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

### Comissão Europeia

O planeamento das reuniões [está disponível](#), estando a [próxima reunião do Colégio](#) agendada para 8 de abril, em que deverá adotar uma **Comunicação sobre a Estratégia de Saída** da crise atual.

### Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível:

- [Videoconferência dos Ministros dos Negócios Estrangeiros \(defesa\)](#) - 6 de abril
- [Videoconferência dos ministros da Justiça](#) - 6 de abril
- [Videoconferência do Eurogrupo](#) - 7 de abril
- [Videoconferência dos ministros da Investigação](#) - 7 de abril
- [Videoconferência dos ministros da Cultura](#) - 8 de abril
- [Videoconferência dos ministros dos Negócios Estrangeiros \(Desenvolvimento\)](#) - 8 de abril.

Bruxelas | 3 de abril de 2020

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73

Para consultar as Sínteses anteriores, clique [aqui](#).